

Ministro quer processar Lula por difamação

Execução Presidencial
Mendonça de Barros

reclama da acusação de
fazer caixa dois para FH

• ROMA. O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse ontem que quer processar o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, por difamação.

— Como presidente do BNDES acumulei um respeitável volume de processos contra difamadores. Agora tenho que conversar com meu advogado, mas, se ele estiver de acordo, também promovo uma ação contra Lula por difamação — afirmou.

Executor do processo de privatização, o ministro, assim como o presidente Fernando Henrique Cardoso, considera-se difamado por Lula pela afirmação de que a venda da Telebrás serviria para fazer caixa dois para reeleição do presidente.

Afirmando que a política de privatização das telecomunicações está de acordo com a de países como França, Itália e Grã-Bretanha, o ministro ressaltou que as idéias de Lula e de seu candidato a vice, Leonel Brizola, é que são antiquadas.

O ministro confessou ter sido admirador de Brizola durante a cadeia da legalidade (movimento pela posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961) e revelou ter se emocionado com a participação de Brizola no comício da Central (um dos episódios que desencadearam o golpe de 64).

— Agora percebo que ele sempre foi um caudilho sem papel político, sem consistência política. Se for eleito, e espero que não seja, vai ter um papel desestabilizador no Governo Lula, assim como teve no Governo Jango — disse.

Ciro pede a FH suspensão do leilão da Telebrás

O candidato do PPS à Presidência, Ciro Gomes, enviou ontem carta a Fernando Henrique pedindo a suspensão do leilão de privatização da Telebrás, marcado para 29 de julho. Na dura carta, de duas páginas, Ciro argumenta que as ações da Telebrás vêm caindo, num indicativo de que o momento não é propício para a venda da estatal, principalmente depois da crise econômica no Japão. Ele disse que Fernando Henrique será irresponsável se privatizar agora a estatal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pediu esclarecimentos a Fernando Henrique e ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), sobre as regras para privatização da Telebrás. O relator da ação em que o PT pede a suspensão do processo de venda da Telebrás, Carlos Velloso, anunciou que só decidirá depois de ouvir os argumentos do Governo e deu 30 dias para que Fernando Henrique e Antônio Carlos apresentem defesa. ■